

A mineração aurífera na região de Paranaguá (séculos XVII-XVIII) na toponímia contemporânea da folha Morretes (SG.22-X-D-II-3)

Tales Rodrigues de Almeida ¹
Jefferson Picanço ²
Maria José Maluf de Mesquita ²

¹bolsista PIBIC/SAE-UNICAMP

Instituto de Geociências
tales.r.almeida@gmail.com

²Instituto de Geociências - UNICAMP

Departamento de Geociências Aplicadas Ao Ensino
jeffpicanco@ige.unicamp.br; maria.mesquita@ige.unicamp.br

RESUMO

A região de Morretes (PR) esteve relacionada, no séculos XVII-XVIII, com uma intensa atividade mineradora, nas chamadas Minas de Paranaguá. O estudo da toponímia relacionada com atividades de mineração, embora bastante restrito, é um dos poucos registros da atividade mineradora na região. Termos como guapiara e faisqueira, e nomes de lavras antigas, como Capituva e Sapitanduva e rio dos Pintos são bons exemplos desta sobrevivência. O estudo da toponímia é uma ferramenta importante na demarcação histórica de antigas áreas de mineração.

Palavras chaves: toponímia, mineração, ouro, cartografia, Morretes (PR)

ABSTRACT

The Morretes area (PR) had an intense mining activity in XVII-XVIII centuries, related to the ancient Paranaguá Mines. The toponymy study related to mining activities, although very limited, is one of the few records of mining activity in the region. Mining toponymy as “Guapiara” and “Faisqueira”, and names of old mining sites, as Capituva, Sapitanduva and Pinto’s river are good examples of this ancient place name survival in the area. The toponymy study of is an important tool in historical demarcation of old mining areas.

Keywords: toponimia, mining, gold, cartography, Morretes (PR)

1. INTRODUÇÃO

O estudo toponímico, o estudo etimológico dos nomes de lugares, é uma importante ferramenta nos estudos históricos (Dick, 1994). O ato de nomear o território é um importante ato cultural e um ato político de ocupação de um território (Bonemaison, 2000). Ao ocupar uma área, os grupos humanos tendem a nomear desde os pequenos locais – riachos, pequenas elevações, montes, etc., até grandes rasgos físicos como grandes rios, cadeias de montanhas, estradas, ruas, etc.

1.1 Estudos de toponímia

A interação entre diferentes grupos humanos também deixa marcas na toponímia de um local. Na Catalunha, a presença de topônimos árabes na área de El Penedés (Epalza, 1990) reflete a interação econômica entre a região controlada pelo Califado de Granada e o reino da Catalunha. No México e no Peru, a presença de topônimos indígenas, a transliteração de topônimos indígenas pelos espanhóis e o surgimento de topônimos mistos é bem conhecida (Moreno, 1969; Krzanowski & Szeminski, 1978).

No Brasil, os estudos de toponímia iniciaram-se em meados do século XX, baseados principalmente nos problemas da toponímia indígena. Entre estes, há que se destacar o trabalho pioneiro de Teodoro Sampaio (Sampaio, 1901), baseados principalmente no estudo de topônimos em língua tupi. Destacam-se, também, os trabalhos de Maria

Vicentina Dick (Dick, 1990), no estabelecimento de um estudo mais completo e abrangente da toponímia como uma área independente de estudos. Mais recentemente, os trabalhos têm evoluído a partir de estudos de Cartografia Histórica (Santos & Seabra, 2009) e de Linguística Regional (Mendes, 2009).

Na região litorânea do estado do Paraná, área do presente trabalho, os estudos de toponímia mais antigos foram os trabalhos dos historiadores pioneiros, como Ermelino de Leão, Romário Martins e Francisco Negrão (Leão, 1926). Mais recentemente, foram desenvolvidos novos e abrangentes levantamentos a partir do importante trabalho linguístico de Vanderci Aguilera (Aguilera, 1994).

A área de estudo é a folha Morretes (SG.22-X-D-II-3) escala 1:50.000, publicada em 1992 pelo IBGE (figura 1). A área hoje tem uma vocação turística, com um forte turismo gastronômico e uma importante rede de pequenas pousadas explorando o ecoturismo. Além disso, o município apresenta uma forte produção agrícola (com destaque para a produção de gengibre, hortifrúti, e agroindústria familiar), que tem como destino a região metropolitana de Curitiba.

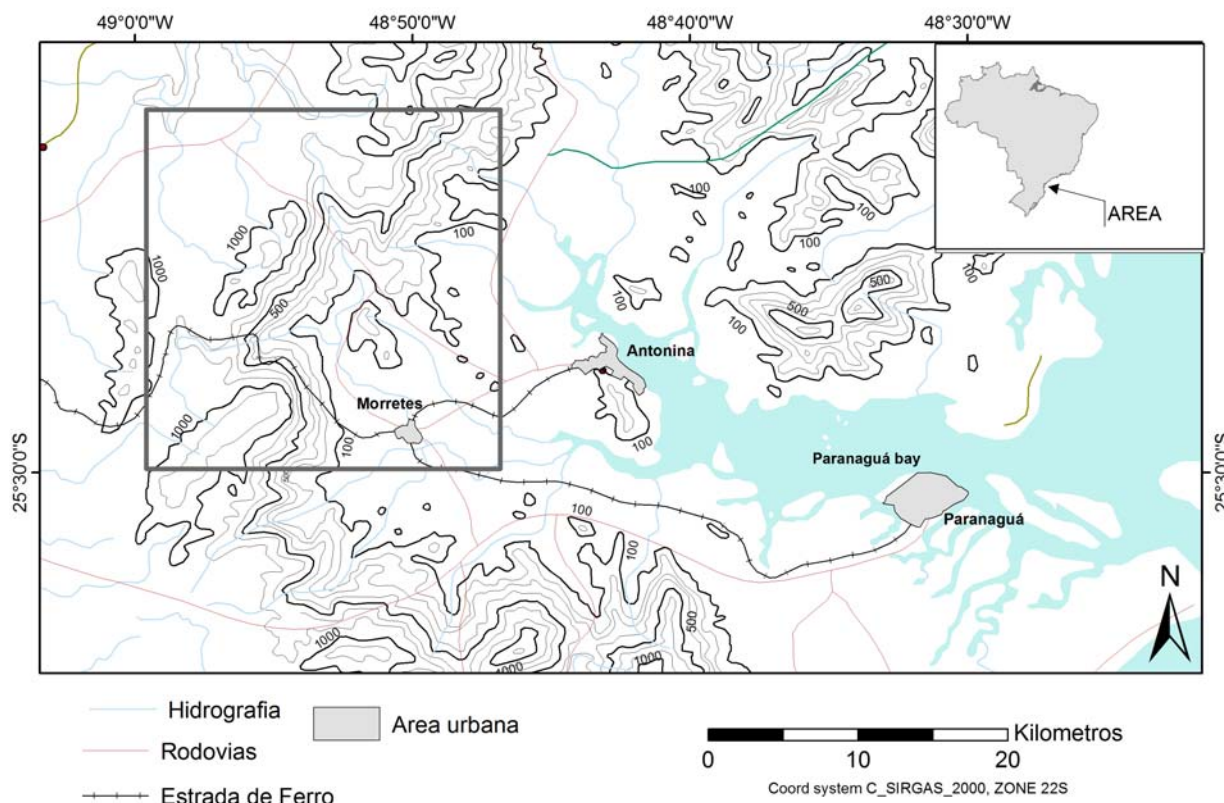


Fig. 1 – Localização da área de estudo.

1.2 As Minas de ouro de Paranaguá (séculos XVII-XVIII)

A mineração no período pré-Minas Gerais envolveu um enorme esforço, tanto por parte dos colonos quanto da metrópole na pesquisa e exploração das lavras da capitania de São Vicente (Figueiroa et al, 2012). Em sua expansão para o sul, três novas áreas foram exploradas e depois incorporadas à colonização portuguesa: as minas de Iguape, Curitiba e as mais prolíficas, as Minas de Paranaguá. Segundo as estimativas de Noya Pinto (1979), as minas de Paranaguá, Curitiba e Iguape devem ter produzido, durante o período 1680-97, o equivalente a 50 a 80 kg de ouro anuais. No período 1697-1735, os dados apontam para uma produção de 20-30 kg/anuais.

As minas de Paranaguá foram provavelmente descobertas por volta de 1620, mas tiveram seu período mais importante de exploração e lavra entre 1640/1660 (Nogueira & Maffei, 1965). A descoberta de ouro na região de Paranaguá e Curitiba, por volta de 1640, inflamou de expectativas tanto os habitantes da região quanto na metrópole. Desde os primeiros esforços para descoberta de minas de ouro, no governo de D. Francisco de Souza (1590-1610), não se tinham notícias tão alentadoras. O primeiro registro oficial data de 1646, quando o capitão Gabriel de Lara, apresentou à Casa de Fundição de São Paulo rochas que descobriu no "Pernagoa" (Leão, 1926).

A partir desta notícia aumenta o interesse por esta região, até então secundária, na expansão da Capitania de São Vicente. A vila de N. S. do Rosário de Paranaguá é fundada em 1648, desmembrada e elevada à capitania a partir de 1656. A região rapidamente se povoa e em breve o governo geral surge em cena para organizar a produção das minas e, principalmente, amearhar imposto. Haverá sempre muita tensão entre os provedores, nomeados pelo governo geral, e os povoadores, redundando muitas vezes em conflito aberto.

Pedro de Souza Pereira, enviado pelo governador Salvador Correa de Sá e Benevides, informa ao Rei das

diligências realizadas durante sua viagem às ditas capitanias, em carta de 1653 (Picanço, 2009). Apenso a esta carta está uma descrição das capitanias do sul e um mapa da baía de Paranaguá, feito por Pedro de Souza Pereira ou seus auxiliares. De acordo com a carta, o mapa provavelmente foi executado entre os meses de março e maio de 1653, mostrando a baía, as principais ilhas, alguns dos rios que nela deságuam, bem como a vila de Paranaguá e os campos de Curitiba, estes simbolizados por duas casas, uma cruz e um pelourinho na parte superior do mapa.

Neste mapa (figura 2), constam 21 indicações de minas, o que o torna o mais antigo mapa de ocorrências minerais até hoje conhecido no Brasil. Os rios auríferos indicados neste mapa são principalmente o Cubatão (atual rio Nhundiaquara), o Cacatu, o Curitibaíva, o Cachoeira e o Faisqueira. Já pelo mapa se depreende que o grosso das faisqueiras (ou lavras) ficava no vale do Nhundiaquara, inclusive as "minas de pedra", manifestadas por Gabriel de Lara em 1646.

2. METODOLOGIA

O trabalho consistiu no levantamento e análise dos topônimos encontrados na folha Morretes (SG.22-X-D-II-3) escala 1:50.000, publicada em 1992 pelo IBGE (figura 3). Ao todo, foram levantados, entre os topônimos de natureza cultural foram encontrados 1 cidade, 30 bairros, 4 capelas, 89 chácaras, 1 APA, 14 escolas, 4 estações, 1 estádio, 2 estâncias, 28 fazendas, 2 igrejas, 1 indústria de papel, 16 locais sem especificações, 1 loteamento, 1 núcleo residencial, 1 posto de saúde, 1 rancho, 3 represas, 3 ribeirões, 1 rincão, 1 rodovia, 1 siderúrgica, 134 sítios, 2 usinas, 13 topônimos não-identificados. Entre os topônimos de natureza física, foram descritos 2 serras, 3 morros, 1 pico e 53 rios e córregos.

Destes, foram identificados os nomes relacionados com atividades minerais, com nomes de mineradores antigos e nomes de antigas lavras. Estes dados foram conferidos com os topônimos estudados por Ermelino de leão (leão, 1918; leão, 1926).

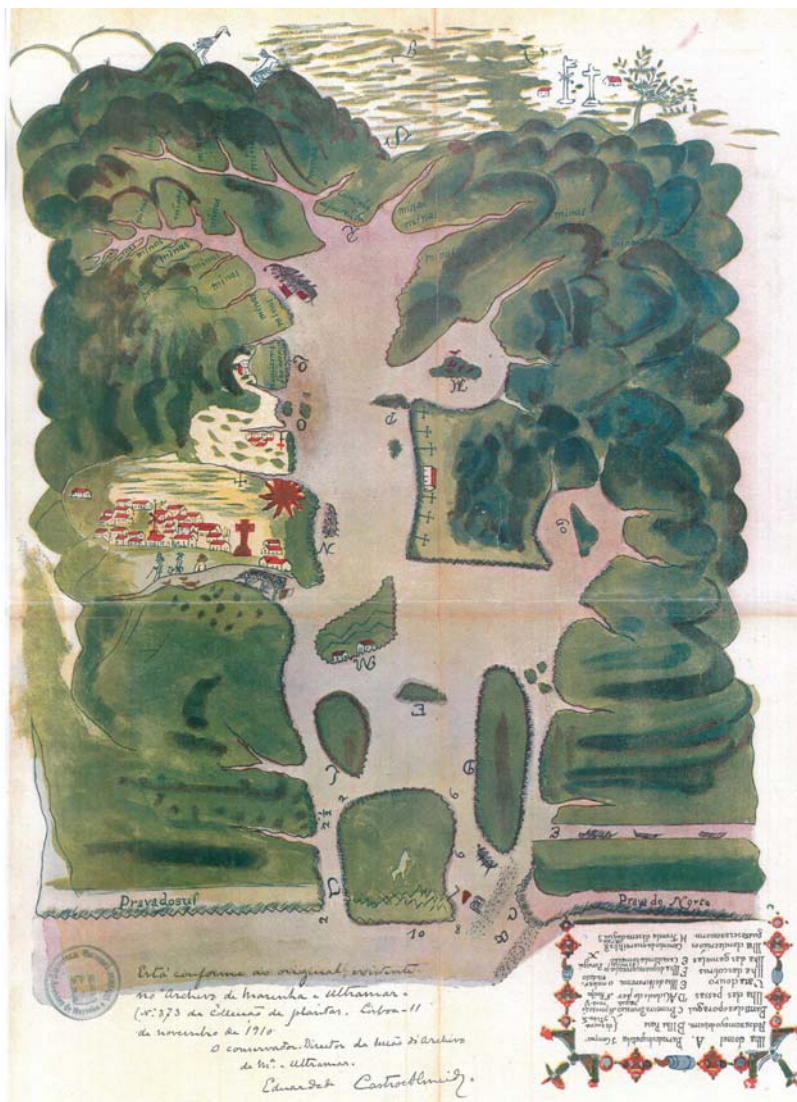


Fig. 2 – O mapa da baía de Paranaguá de Pedro de Souza Pereira (1653)

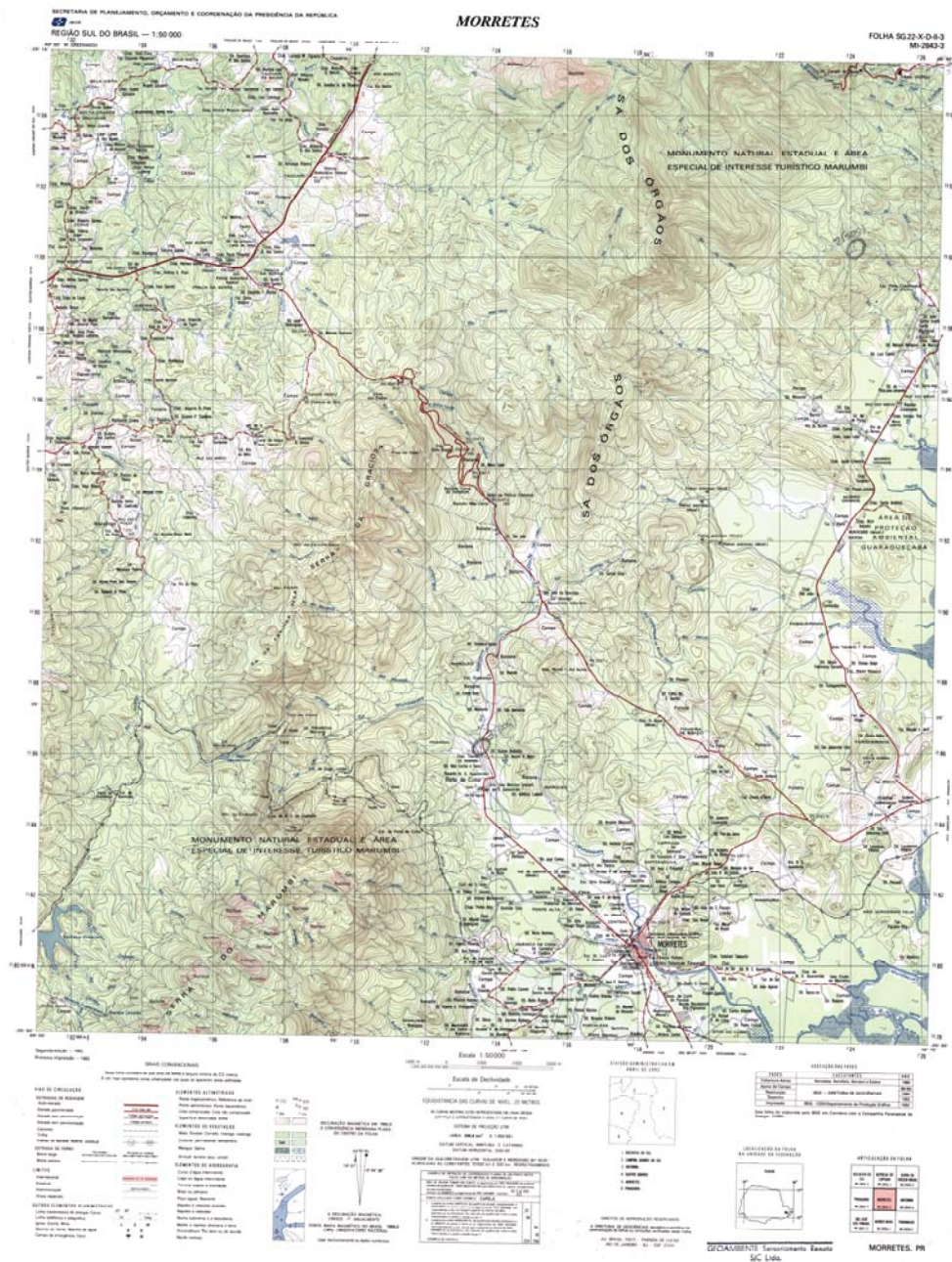


Fig. 3 – A folha Morretes, objeto do presente estudo.

3. ANÁLISE DOS TOPÔNIMOS

3.1 a toponímia portuguesa e indígena na folha Morretes

Do universo dos topônimos levantados, os geomorfotopônimos (morros, serras, picos) e os hidrotopônimos (rios e córregos) são os que apresentam maior incidência de nomes indígenas. Dentre as terminações portuguesas, temos os topônimos de conotação religiosa (hierotopônimos), como São João, São Joãozinho Feliz, Nossa Senhora Aparecida, Santa Rosa. Os nomes religiosos variam desde bairros igrejas, chácaras e fazendas, contemplando também denominações de órgãos públicos e indústrias. Também são comuns sociotopônimos como Rio da venda ou rio da canoa, assim como antropotopônimos como Moura, rio do Nunes, rio do Pinto. Nomes de vegetais, com samambaia, xaxim, ou de madeiras de lei como cedro e carvalho também estão presentes. Nomes de animais, como rio dos macacos, dos tigres, dos patos. E litotopônimos como rio das pedras, cristal.

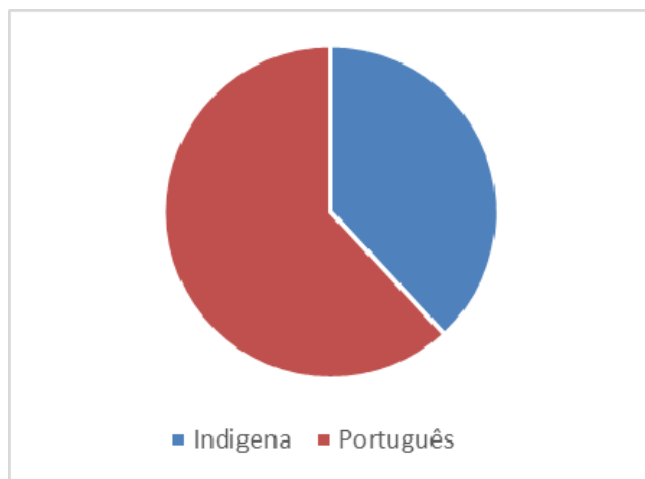


Fig. 4 – Incidência de geomorfotopônimos de origem portuguesa e indígena na folha Morretes

No âmbito das terminações indígenas, a gama de aplicação também é vasta, tanto em acidentes naturais (como rios e morros, por exemplo), indo até bairros e fazendas. Nomes como Ipiranga, Sapitanduva, Cacatu, são hidrotopônimos. Existem ainda, no levantamento efetuado, três denominações de rio das Capivaras (Capivari e Capivari-mirim).

O nome Nhundiaquara, entretanto, apesar de ser um nome indígena, significando “toca do jundiá” – um tipo de peixe de rio- é um nome tardio, segundo Ermelino de Leão (1926). O nome do rio nos mapas mais antigos era Cubatão (Picanço, 2009). Num caso raro de modificação toponímica, o topônimo português, que foi rebatizado no século XIX por um nome indígena (Leão, op. cit.), certamente um produto do indigenismo oitocentista ainda à procura de melhores estudos.

1.2 a toponímia da mineração

A presença da mineração na área está trouxe influências também no estabelecimento da toponímia da região, onde nomes relacionados a essa prática foram incluídos nas denominações em geral. Exemplos disso, são os rios Guapiara e Faisqueirinha, que representam sociotopônimos de antigos métodos de lavra, e Capituva, Rio dos Pintos e Sapitanduva, que são nomes de antigas lavras de ouro da região.

O nome “guapiara” é um nome indígena bastante comum para os serviços de cata. Segundo Teodoro Sampaio, vem do tupi-guarani gua-upiara e significa “o cascalho da baixada” (Sampaio, 1901) Em geral eram escavações circulares, em geral no cascalho. Existem diversos registros destas guapiaras (também chamadas de grupiaras) em toda a região de mineração vicentina (Picanço, 2009).

Da mesma forma, o nome portuguesa Faisqueira é muito comum na região. Significa cata, lavra, lugar “onde o ouro faísca”. A palavra faisqueira é a antiga denominação da palavra Garimpo. O “Garimpo” surgiu em meados do século XVIII no Distrito Diamantino, como uma denominação dos pequenos mineradores de ouro, em geral foras-da-lei, que se refugiavam na “grimpa” das serras (Santos, 1976).

Os topônimos Capituva e Sapitanduva eram antigas lavras, segundo Leão (1918). Trata-se de palavras indígenas há muito adulteradas e modificadas, sendo de difícil apreensão de seu significado original. Segundo Ermelino de Leão (Leão, 1927), em documentos antigos o nome sapitanduva também é escrito como itasapitanduva. O rio do Pinto, por outro lado, era uma importante região de lavras de ouro no século XVIII, tendo sido batizado com o nome de um antigo minerador (Leão, op. cit.).

3. CONCLUSÕES

O estudo dos topônimos é uma ferramenta importante para se compreender os diferentes movimentos sociais e econômicos de uma determinada área. Embora a mineração esteja extinta na região nos tempos de hoje, pelo menos em grande escala, a persistência de alguns topônimos ligados á atividade mineradora marcam de maneira significativa a sua presença histórica e geográfica.

Verifica-se, na região, principalmente entre os geomorfotopônimos, uma presença significativa de vocábulos de origem indígena, ligados sobretudo a tradição tupi-guarani. Termos específicos de mineração, indicando tipos de lavra e instrumentos de mineração são bastante raros, mas são presença importante, como o caso dos topônimos guapiara e Faisqueira. São topônimos típicos da expansão mineradora paulista para o sul no século XVII. Estudos subsequentes dessa toponímia, realizados em toda a área das antigas minas de Paranaguá, Curitiba e Iguape, deverão jogar mais luz sobre este assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILERA, V. A. **Atlas Lingüístico do Paraná (ALPR)**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.
- BONNEMAISON, J. **La Géographie Culturelle**. Paris: Éditions du C.T.H.S., 2000.
- DICK, M. V. Toponímia e línguas indígenas do Brasil. **Estudos avançados** 8(22):435-436, 1994.
- DICK, M. V. A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira. São Paulo, Arquivo do Estado, 388 pp., 1990.
- EPALZA, M.. Toponímia àrab i estructura comarcal: el Penedès, **Bulletí Interior de la Societat d'Onomàstica**, 40, pàg. 76-82, 1990.
- LEÃO, E. Minas de Paranaguá. In: Leão, E. **Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Paraná**. Tomo VII , pp 1322-1348, 1926.
- KRZANOWSKI A & SZEMINKI, J. La toponímia indígena em la cuenca del rio Chicama (Peru). **Estudios latino-americanos** 4, pp 11-51, 1978.
- MENDES, L. R. G. Hidronímia do Rio das Velhas: Estudo de Caso. **Cadernos do CNLF**, Vol. XIII, Nº 04, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009, p. 1907-1918, 2009.
- PICANÇO, J.L.; MESQUITA, M.J. A cartografia primitiva da Baía de Paranaguá (séculos XVI-XVII) e os limites da América Portuguesa. **Revista Brasileira de Cartografia** (no prelo).
- PICANÇO, J.L. A Pesquisa Mineral No Século XVII: O Mapa De Pedro De Souza Pereira (1653). **Anais do I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**. Ouro Preto, Centro de Referencia em Cartografia histórica (UFMG), 2009. In: (<http://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/resumos-trabalhos.htm>).
- MORENO, A. Toponímia y Analisis Histórico. In: **Historia Mexicana**. Vol 19, Num 1(73) 1-10, 1969.
- NOYA PINTO, V., **O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português**. Coleção Brasileira, vol. 371. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2ª ed., 1979.
- SAMPAIO, T. **O tupi na Geographia Nacional**. Memória lida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo, Casa Eclética, 168 pág., 1901. In: http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio_1901_tupi (pesquisa em 26/03/2010)
- SANTOS, J. F.. **Memórias do Distrito Diamantino**. São Paulo, Edusp/Itatiaia, 338 pág., 1976.
- SANTOS, M.M.D. e SEABRA, MC.T.C. Motivações toponímicas da comarca de Serro do Frio: estudo dos registros setecentistas e oitocentistas em mapas da capitania de minas gerais. **Anais do I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**. Ouro Preto, Centro de Referencia em Cartografia histórica (UFMG), 2009. In: (<http://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/resumos-trabalhos.htm>).